

FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA-FAMEP
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Letícia Stefanie Alves Soares

**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: desafios e possibilidades.**

CASTELO DO PIAUI-PI

2018

Letícia Stefanie Alves Soares

**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: desafios e possibilidades.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Faculdade do Médio Parnaíba-FAMEP como requisito para a obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientador: Antonio Dinamarco da Cruz
Vieira

CASTELO DO PIAUI-PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Letícia Stefanie Alves Soares. Educação Física escolar numa perspectiva inclusiva: desafios e possibilidades. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade do Médio Parnaíba- FAMEP. Páginas 46

Educação Física. Inclusão. Possibilidades.

Letícia Stefanie Alves Soares

**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: desafios e possibilidades**

Monografia apresentado á Faculdade do Médio Parnaíba - FAMEP, como requisito para obtenção do título em Licenciatura Plena em Educação Física.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Orientador: Esp. Antônio Dinamarco da Cruz Vieira.

Professor (a) Examinador (a) 1: Gildete Alves Soares

Professor (a) Examinador (a) 2: Lucineide Rodrigues Vieira

DEDICATÓRIA

Dedico a conquista dessa vitória primeiramente a Deus por me dá vida e saúde e por permitir a concretização desse grande sonho, a minha família que tanto me apoiaram e sempre me incentivaram a dá prosseguimento a minha formação acadêmica, aos meus amigos e demais pessoas que amo, pois sempre estiveram ao meu lado e aos meus professores pela dedicação, empenho e incentivo constante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e saúde para superar as dificuldades. A esta instituição, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior. Aos meus grandes exemplos de vida, que sempre estiveram do meu lado me dando força e apoio em todos os momentos, acreditando sempre na minha capacidade e na concretização dos meus sonhos e a todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação.

EPÍGRAFE

A Inclusão acontece quando...
*“Se aprende com as **diferenças** e não com as igualdades”*
(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa discute a Educação Física Escolar numa perspectiva Inclusiva: Desafios e possibilidades e tem como objetivo geral analisar o processo de inserção de alunos com necessidades educativas especiais nas aulas de Educação física identificando as possibilidades e desafios encontradas pelos docentes da área em incluir crianças e adolescentes com NEE nas suas aulas. O estudo foi baseado em diversos documentos nacionais e internacionais que abordam educação especial como: Declarações internacionais sobre educação especial, também a Convenção de Guatemala. Serviram de base para a pesquisa também algumas leis nacionais brasileiras como a Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras, além de decretos nacionais que tratam sobre a regulamentação da educação especial no Brasil. Além disso, serviram ainda de suporte teórico Wang (1995), Santana (2003), Gallo (1999), Werneck (1997) E Blanco (2002), que contribuíram para o fortalecimento das discussões a respeito da temática em estudo. O trabalho realizado trata de uma pesquisa qualitativa descritiva de campo e bibliográfica e contou com o auxílio de ferramentas de pesquisa como questionário. Através dos dados coletados em uma pesquisa exploratória contemplando entrevistas com professores e alunos da Rede Municipal de Ensino Regular do Município de Castelo do Piauí-PI, podemos perceber que existem grandes obstáculos a serem enfrentados quando falamos de inclusão, principalmente nas aulas de Educação física.

Palavras chaves: Educação Física. Inclusão. Desafios e Possibilidades

ABSTRACT

The present research discusses Physical School Education in an Inclusive perspective: Challenges and possibilities and its general objective is to analyze the process of insertion of students with special educational needs in Physical Education classes, identifying the possibilities and challenges encountered by teachers in the area in including children and adolescents with SEN in their classes. The study was based on several national and international documents that address special education such as: International declarations on special education, also the Convention of Guatemala. Some Brazilian national laws, such as the Brazilian Federal Constitution of 1988, the Law on the Guidelines and Bases of National Education, the Statute of the Child and Adolescent, and other national decrees dealing with the regulation of education especially in Brazil. In addition, Wang (1995), Santana (2003), Gallo (1999), Werneck (1997) and Blanco (2002) provided theoretical support, which contributed to the strengthening of the discussions on the subject under study. The present work deals with a descriptive qualitative field and bibliographical research and counted with the aid of research tools as a questionnaire. Through the data collected in an exploratory research involving interviews with teachers and students of the Municipal School of Regular Education of the Municipality of Castelo do Piauí-PI, we can see that there are great obstacles to be faced when we talk about inclusion, especially in Physical Education classes.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Challenges and Possibilities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1- ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO.....	11
2- LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO.....	14
2.1 Diretrizes curriculares nacionais de educação especial	20
2.2- Educação Física inclusiva	22
2.3 A Inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais- NEE nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades.	24.
2.4- A importância da Educação física adaptada para a promoção da inclusão.	31
3- METODOLOGIA DA PESQUISA.....	33
3.1- Análise de dados.....	33
6 - CONCLUSÃO	39
7- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

A escola constitui-se hoje como um direito de todos. No entanto, essa concepção de escola democrática, acessível e universalizada inquieta muitos professores quando se deparam em suas salas de aulas com a realidade da diversidade humana. A origem da educação tradicional fez com que alguns professores sentissem a necessidade de nivelar os saberes e os comportamentos dos educandos.

A necessidade e o despertar por este estudo se deu durante a realização do trabalho de estágio supervisionado na área de Educação Física em uma escola X da rede municipal de Castelo do Piauí, onde se percebeu que o trabalho de Educação Física com os alunos especiais não era feita de maneira completamente inclusiva tendo em vista que determinadas habilidades desportivas que estavam sendo trabalhadas pelos professores não contemplava os respectivos alunos. E diante disso pude perceber que infelizmente a respectiva instituição de ensino na qual realizei o estágio bem como os professores de Educação física que lá atuam, não estão devidamente preparados para trabalhar com esta clientela. Contrariando assim o pensamento de Soler (2005,p.102), quando ele afirma que:

A escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é único, e é por isso nos tornamos pessoas especiais. Sendo tarefa do professor de Educação Física compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentem NEE, atendendo as características individuais de cada um.

Diante dessa preocupação, surgiu a curiosidade e a necessidade de se desenvolver uma pesquisa abordando essa temática tão urgente e tão importante. A presente pesquisa traz para o cenário educacional e acadêmico o tema Educação Física Escolar numa perspectiva Inclusiva: desafios e possibilidades e tem como objetivo geral analisar as possibilidades e dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física em incluir crianças e adolescentes com NEE nas suas aulas, além de destacar a importância da inclusão, sempre valorizando e respeitando as limitações de cada pessoa no contexto educacional. Além disso, teve como objetivos específicos compreender os aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil e no mundo, identificar a importância do trabalho pedagógico na

perspectiva da educação inclusiva, investigar a relação família e escola desses alunos especiais.

O estudo foi baseado em diversos documentos nacionais e internacionais que abordam educação especial como: Declarações internacionais sobre educação especial, também a Convenção de Guatemala. Serviram de base para a pesquisa também algumas leis nacionais brasileiras como a Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras, além de decretos nacionais que tratam sobre a regulamentação da educação especial no Brasil.

O meio utilizado para alcançar tais objetivos foi a pesquisa bibliográfica a partir da concepção dos teóricos: Wang (1995), Santana (2003), Gallo (1999), Werneck (1997) E Blanco (2002), que contribuiram para o fortalecimento das discussões a respeito da temática em estudo, buscando assim refletir sobre o papel da escola inclusiva e de como está ocorrendo a inclusão nas mesmas, enfatizando o respeito às diferenças e as potencialidades dos alunos.

Então, partindo dos objetivos deste trabalho optou-se também pela pesquisa exploratória, que para Gil (2002), tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema. A pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico, entrevistas com professores, gestores da escola, alunos com NEE, e demais pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a compreensão dos resultados. Vale ressaltar ainda que a presente pesquisa não elaborará hipóteses, somente buscará mais informações sobre o assunto estudado, tendo por finalidade familiarizar-se com o problema e obter novas concepções sobre o assunto abordado.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O processo histórico da educação inclusiva no Brasil ocorreu nos séculos XVII e XVIII, notando evidências teóricas e também atitudes discriminatórias das pessoas, promovendo situações de exclusões sociais. A época foi caracterizada pela rispidez e rejeição dos indivíduos deficientes: a família, a escola e a Sociedade em geral condenava esse público de forma extremamente preconceituosa de modo que as sentissem excluída do meio social.

Na idade antiga, as tradicionais famílias que geravam criança portadoras de alguma deficiência não deixavam os filhos ir à escola com medo de eles sofrerem preconceitos, mal sabiam que esse tipo de atitude também era uma negação de direitos, tendo em vista que todos são sujeitos de direito de acordo com a constituição federal de 88 e demais documentos legais. No entanto, a época não contemplava leis ou concepções que garantissem direitos as pessoas. As crianças que possuíam transtornos mentais sofriam internações em casas de acolhimentos como orfanatos, os tenebrosos manicômios e até mesmo sofriam aprisionamentos, pois eram considerados pessoas doentes e anormais.

Sobre isso, as Diretrizes nacionais para educação especial na Educação Básica relatam que “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (Brasil, 2001, p.25).” Desta maneira, podia se perceber que faltava a consciência e a sensibilidade do direito humano, da inclusão, ideias que hoje são tão comuns em nosso meio.

No entanto, ao longo dos anos, a humanidade mudou e junto a essas mudanças vieram novas concepções de sujeitos humanos e as ideias sobre deficiência foram tornando-se modernas e evoluídas. Mas, somente a partir do século XX, progressivamente é que os cidadãos começaram a mostrar novas perspectivas em relação a deficiência de diferentes pessoas. Com isso, começaram a valorizar e a considerar o público deficiente como sendo um grupo de direitos apresentando para o mundo inteiro uma luta contra a discriminação e uma defesa de uma sociedade inclusiva e defensora dos direitos das pessoas deficientes por meio de manifestações

Nesse período histórico, os modelos analógicos do ensino aprendizagem, foram eliminados do cenário educacional devido às críticas sobre as práticas do ensino da época.

Como afirma o autor JANNUZZI (2004, p, 34):

A partir de 1930, a Sociedade civil começa a organizar- se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimentos em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

O contexto escrito trata- se de movimentos sociais, políticos e educacionais, organizações e conferências visando persuadir os problemas educacionais aos indivíduos portadores de deficiências incluindo no processo ensino aprendizagem.

A Educação Especial tem sido vista com uma perspectiva ampla, ultrapassando a simples percepção dos especialistas assim como define também a nova LDB, tratando de a apresentar como uma modalidade de educação escolar que objetiva promover o exercício da cidadania do público de deficientes.

No século XXI, A educação Especial torna-se imprescindível em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, onde os projetos são base na prática e organização pedagógica da qual o respeito às diferenças. Os serviços educacionais especiais devem ser diferenciados, porém não pode ser desenvolvido separadamente e devem fazer parte de uma estratégia global de educação visando às finalidades gerais.

A ação é passada por todos os níveis educacionais como: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior além de outras modalidades como a de Educação de Jovens e adultos e Educação profissional. Além disso, desde a implantação da Lei nº 9.349/96- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional foi implantada a política de inclusão, possibilitando aos portadores de necessidades especiais o direito a frequentar a escola pública brasileiras. No entanto, ainda hoje esses alunos enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso a estrutura física e curricular. Com base nisso, o Manual de saberes e prática da inclusão (2005) afirma que:

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positiva, possibilidades, apoio as dificuldades e acolhimento dessas pessoas.

Dessa forma compreende-se que o sistema educacional especializado procura sempre atender a diversidade do ensino, fazendo com que o sujeito seja acolhido pelos serviços disponibilizados nas escolas, onde oferece suporte necessário para os alunos com necessidade especiais, facilitando o seu conhecimento. O atendimento nas salas é desenvolvido de acordo com as atividades curriculares dentre elas as de maiores destaque são: O ensino das libras, o sistema Braile e o Sarobam, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular entre outros.

Alem de recursos multinacionais nas salas, algumas atividades são disponibilizadas dentro da própria classe comum como, por exemplo, serviços de tradutores e interpretes. As atividades desenvolvidas pelo atendimento especializado deve ser um procedimento sem muitas repetições de conteúdos, onde a execução traga produção de conhecimento ao sujeito.

Nesse sentido observa que houve um aumento significativo no atendimento educacional especial, pois no início, toda sociedade rejeitava esse tipo de sujeito não admitia a sua deficiências por isso eram constatados como doidos, atualmente juntamente com os poderes públicos e leis que regula esse atendimento há evolução no quesito inclusão em diversidade e meios sociais e culturais.

2. LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO

A Lei de diretrizes e bases da educação (LDB 9.394/96) estabelece o direito de todos a educação, sendo dever do estado e da família promover – la, conforme o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional:

Art.2º. A educação dever família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o plano desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Brasil, vários documentos abordam sobre inclusão como A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constituição de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Programa de Complementação aos Atendimentos Educacionais Especializados as pessoas Portadores de Deficiência, Plano Educacional de Educação Especial e decretos como: Decreto nº 208/97 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação. Fora do Brasil também existe outros documentos que regulamentam a educação especial como: A Declaração de Salamanca, Carta para Terceiro Milênio, Convenção de Guatemala, Declaração das Pessoas Deficientes, Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão, sendo decretos internacionais que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiências.

Em nível internacional, a Declaração de Salamanca explana os princípios, políticas e práticas relacionadas a Necessidades Educacionais Especiais desses princípios podem ser citado os seguintes itens:

- Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda Criança possui característica, interesse, habilidade e necessidade de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de ser levar em conta à vasta diversidades de tais característica e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia entrada nas criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando – se inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a

eficiências e, em última instância o custo de eficiência de todo o sistema educacional.

Dessa forma entende – se que todos os sujeitos têm direitos à educação independente de ser um portador ou não de necessidade Especiais, porque todas as pessoas possuem características, interesses, tornando a aprendizagem única.

Trabalhar com a diversidade de sujeito é uma das exigências ao prosseguimento da função de educadores do século XXI uma vez que é através deles que os alunos estarão cumprindo com seu papel de cidadão dentro de um ambiente democrático, onde todos, sem exceção possa ter direito e deveres.

A pesar da semelhança existe diferença e a escola tem que mudar e se organizar para atender essa que mudar e se organizar para atender essa diversidade, infelizmente não é o que se vê nas escolas, pois a falta de informação ou despreparo profissional a falta de estrutura física e logística da escola nada adiantara se o desejo de organização não realizar não basto apenas a intenção se não houver ação.

A educação no Brasil propõe uma prática voltada às necessidades dos alunos de acordo com objetivos decretados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares Nacionais do MEC (Ministério da Educação e Cultura), atualmente a educação não está voltada apenas aos interesses das escolas ou conteúdos pré – estabelecidos sem respeitar o universo e a realidade das crianças, mas construindo valores de crescimento intelectual e moral.

Uma escola que inclua uma política inclusiva estará semeando uma semente para uma sociedade igualitária sem preconceitos trabalhando assim numa perspectiva de respeito de ambos os lados. Em Londres, Grã – Bretanha foi aprovada pela Assembleia Governativa de Reabilion Internacional a conta do Terceiro Milênio, a qual tem finalidade de que garante uma sociedade mais justa com direitos e deveres baseados no princípios igualitários para todos os sujeitos.

“... No Terceiro Milênio, a meta de todas as nações precisa ser a de evoluírem para sociedades que protejam os direitos das pessoas com deficiências mediante o apoio ao pleno empoderamento à inclusão delas em todos os aspectos da vida. Por estas razões, a CARTA PARA O TERCEIRO MILENIO é proclamada para que toda a humanidade entre em ação, na convicção de que a implementação deste objetivos constitui uma responsabilidade primordial de cada governo e de todas as organizações não- governamentais e internacionais relevantes” (MEC).

Entende – se que a inclusão é um aspecto que tem vários sentido, onde é necessário quebrar as algemas de discriminação do preconceito e da homogeneidade das pessoas, assim todos os sujeitos com deficiência ou não, devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

A carta deixa bem clara que a Escola é responsável em compreender as capacidades e limitações de respeito dos seres Humanos. Este documento também fala da responsabilidade fundamental das políticas publicas em assegurarem o compromisso diante a sociedade:

Levando em CONTA que a deficiência pode dar origem a situação de descriminação, pelo qual é necessário propiciar o desenvolvimento de ações e medidas que permitam melhorar substancialmente a situação das pessoas portadores de deficiências no Hemisfério (MEC).

Em um congresso ocorrido em Guatemala com o intuito da Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas de Deficiências (CP/ CAJA – 1532/99); ficou registrada a resolução da Assembleia em um documento que garante os direitos das pessoas de necessidades educacionais especiais.

Em um trecho extraído do documento nomeado na convenção de Guatemala (MEC), fica esclarecido que qualquer forma de discriminação as pessoas com deficiências é um crime e que se devem possibilitar situações em todo e qualquer contexto:

Considerando que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que os direitos e liberdades de cada pessoa devem ser respeitados sem qualquer distinção; (MEC)

Assim como existe documentos que comprova e que garante essa igualdade, os pais ou responsáveis pelas pessoas com deficiências carregam em si dificuldades em garantir o direito uma vez que a sociedade vive sob asmarcas do preconceito e da falta de ética em relação à diversidade, por isso a inclusão muitas vezes torna-se uma espécie de sofrimento para os deficientes e para as famílias. Poucos sabem que são assistidos pela, e na sua maioria estão vivendo excluídas sem saberem ao menos o que lhes é certo de direito.

“Levando consideração: que o protocolo Adicional à convenção Americana sobre Direitos Humanas em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador” reconhece que” toda pessoa afetada

por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais, tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o Maximo desenvolvimento da sua personalidade” (CONVENCAO DA GUATEMALA, MEC);

A perspectiva da inclusão não deve ser vista como atitude de favor ao tratar bem as pessoas, mas como uma necessidade de conviver com a diversidade respeitando o próximo como ele é estabelecendo o princípio da igualdade e da justiça humana. Por isso existem documentos aprovado em Assembleia que relata a seguinte resolução:

Resolve: Adotar a seguinte Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências: Reafirmando que as pessoas portadoras de Deficiência, emana da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (CONVENCAO DE GUATEMALA, MEC);

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS em seu art. 1º traz que “todos os direitos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”. Com base neste trecho um dos documentos recentes relacionados a inclusão, ressalta que o processo deve ser garantido, isso foi escrito e aceito em um congresso Internacional “Sociedade inclusiva” no dia 5 de Junho do ano de 2001

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré- requisito para o direito humano universal e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. A comunidade internacional, sob a liderança das nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e praticas inclusiva. O congresso Internacional “Sociedade inclusiva” convocada pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como a sociedade civil para se comprometam com, e desenvolvam, o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. (DECLARAÇÃO INTERNACIONALIDADE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001).

A presente proposta no documento garante a acessibilidade, porem a realidade é outra bem diferente, o que se vê são uma ou duas crianças inclusas em sala de aula e pior sem condições favoráveis, pois atualmente esse desejo ainda é considerado imaginário. As políticas garantem uma melhora na condição de aprendizagem, sendo assim a sociedade poderá viver dignamente e consequentemente inclusa, por mais que ainda demore, mas já existe um começo.

Pode – se dizer que em algumas aéreas essa iniciativa já tomou caminho principalmente nos meios comunicativos e na reestruturação, mesmo existindo “barreiras” como o despreparo profissional, a falta de estrutura da escola, as iniciativas acaba que solucionando os problemas para o sucesso da inclusão.

Sobre a inclusão que assegura a parceria com governos, trabalhadores e a Sociedade Civil a fim de implantar uma Sociedade Inclusiva, a Declaração Internacional de Montreal garante aos deficientes os seguintes critérios:

1. O objetivo maior desta parceria é o de, com a participação de todos identificarem e programar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e uteis.
2. Isto requer planejamento e estratégias de desempenho intersetoriais, interdisciplinares, interativos e que incluam todas as pessoas.
3. O desenho acessível e inclusivo de ambiente, produtos e serviços aumenta a eficiência reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural econômico e social.
4. Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos.
5. O congresso enfatiza a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas.
6. O congresso urgiu para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados nos currículos de todos os programas de Educação e treinamento.
7. As ações de seguimentos deste congresso deverão apoiar as parcerias contínuas e os compromissos orientados à solução, celebrados, entre governos, empregadores, trabalhadores e comunidade em todos os níveis. (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001).

Vê – se a importância das parcerias e como promovem a interação do deficientes no meio Social, tornando-os ativos na sociedade. A parceria também criara um vínculo, principalmente no comercio, o qual poderá ter acesso ao mercado de trabalho.

Um dos pontos importante foi quando o documento enfatiza a contribuição dos deficientes para o desenvolvimento do capital Econômico, Cultural e Social. Como outras nações, os brasileiros são influenciados pelas tendências internacionais, por isso a políticas educacional adotou termos escritos no Documento da Declaração de Direitos de Todos (UNESCO 1990), na Declaração de Salamanca (UNESCO 1994), Carta para o Terceiro Milênio, Convenção de Guatemala e na Declaração Internacional Montreal sobre Inclusão e desde 20 de Dezembro de 1996 com a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional no Capítulo V da Educação Especial, onde a mesma traz a construção voltada a Educação Especial possibilitando uma prática inclusiva, como mostra no Art. 58 a educação especial pode ser entendida “ para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portador de necessidades especiais”.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classe, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Entende – se que segundo a LDB os alunos deficientes terão seus direitos assegurados, podendo desfrutar da escola como qualquer cidadão e aqueles que não tiverem seus direitos assegurados devem ter serviços especializados para contribuição para sua formação cognitiva, afetiva e Social.

No artigo 58. Da LDB deixa claro o compromisso com a Inclusão, confirma ainda no § 2º que o atendimento também poderá ser feito em escolas especializadas, dessa forma contraria o que está escrito na DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, artigo 1. MEC. “todos os seres humanos nascem livre e são iguais em dignidade e direitos”.

Complementando o Artigo 59. Fala deste direito que o sujeito deficiente deve ter:

Os sistemas de ensino assegurarão aos portadores de deficiência:
I – Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

Todos sabem que é importante adaptação nas escolas, esta redigindo nas Leis. Sabem também que foi criada com intenção de tornar a inclusão real, propondo melhorias no currículo onde possa atender as necessidades especiais, se não nada adiantaria manter uma criança com necessidades especiais em escolas regulares se não estiver preparada para recebe- lá de braços abertos.

Os métodos e as técnicas escritas favorece a aprendizagem de um modo em geral, o ideal é propor uma política educacional garantindo este aprendizado, onde deve ser feita sem discriminação. O governo e a escola também podem proporcionar recursos para os docentes só assim estarão desempenhando um ensino de qualidade, onde possa atender sua diversidade.

A educação brasileira ainda precisa de adequação de currículo, métodos, técnicas recursos educativos e organização específica para atender às necessidades da educação especiais, a melhora destes objetivos fará com que o País ingresse para o progresso. Lembrando que as dificuldades da educação brasileira não é somente a Inclusão, como também o funcionamento do todo, visto que os índices de analfabetos e o índice do fracasso escolar crescem significativamente.

Isso seria uma realidade bem diferente, pois os professores da rede pública sentem muitas dificuldades em atender especificamente a cada aluno, lidar com novas situações deixam inseguros e preocupados e atualmente as salas de ensino regular estão cada vez mais lotadas e atenção não seria voltada para aquele aluno com necessidade especial de maneira como gosta na Lei de regulamentação.

A Constituição Federal de 1988, nos Art. 206 e 208, afirma que o ensino deve ser ministrado pelo princípio “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)”; “Atendimento educacional especializado (...)” Destacado também no Estatuto da Criança e do Adolescente, Cáp. IV, Artigo. 53. A Criança e o Adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando – lhe “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

As Leis de Igualdade e valores fazem com que os seres humanos sonhe porem deve ser esclarecido de que as classes especiais não deverão deixar de existir, apenas ampliar conhecimento dos professores regular em relação ao atendimento de Pessoas com Necessidade Educacionais Especiais e as escolas, juntos ao compromisso mesmo na dificuldade e na diversidade poderão garantir uma educação de qualidade e ser chamada de escola Inclusiva.

2.1 Diretrizes curriculares nacionais de educação especial

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, onde o atendimento educacional deve ser especializado e disponibilizado por recursos e servos, conforme redigido no Decreto nº 3.398, 20 de dezembro 1999, “Artigo 24, § 1º Entende – se um processo educacional definido em proposta pedagógica,

assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educando que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação”. (Mazzotta, 1998)

Desde então para melhor favorecer o ensino e atender aos alunos com necessidade especial, as escolas precisam passar por um desenvolvimento educacional, onde a principal tarefa é complementar o conhecimento desses sujeitos.

Como aponta no Artigo 2º da LDBN, afirma que os princípios e fins da educação garantem:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Diante dessa afirmação o compromisso viabilizado pela prática pedagógica e o crescimento da aprendizagem de todos os educando, incluindo principalmente os que apresentam necessidade educacional especial estão apontando para um horizonte onde possam sonhar que dificuldade não existe quando se tem a determinação e a força de vontade.

São inúmeras as formas de compreender os propósitos dos serviços da educação especial. Toda instituição escolar deve oferecer níveis, etapas e modalidades, proporcionando o aumento dos potenciais sensoriais, afetivos e intelectuais do aluno como mostra a LDBN, seria interessante também se a sociedade contribuísse com a criação dos projetos pedagógicos implantado pelas escolas.

Sabe – se que os serviços a educação especial pode ser atendida em classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares ou na própria moradia. A parceria com escolas e os sistema de apoio pode garantir o atendimento a esse aluno, mas devem obedecer aos princípios da educação inclusiva.

Os serviços de apoio pedagógico especializado a educação diversificada oferecida pela escola comum aos alunos com necessidades especiais são

realizados através de parceria nas áreas de educação, saúde, assistência social e trabalho.

Segundo a LDBEN, o eixo para a modalidade da educação escolar esta baseada nos princípios gerais da educação, onde a família e a comunidade são peça chave para desenvolvimentos desses sujeitos.

Como qualquer outra modalidade da Educação Básica, a educação especial também tem seu currículo educacional, é desenvolvida com base nas diretrizes curriculares nacionais. O currículo também deve ser usado a que garante a busca do progresso educacional como gosta na LDBEN, possibilitando que o aluno com necessidade especial tenha o acesso às atividades do ensino, da cultura, a cidadania e principalmente a inclusão social.

O Artigo 5º da LDBEN afirma:

“O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidades de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, adicionar o poder Público para exigi-lo”.

Conforme escrito nos Artigos 26, 27 e 32 da LDBN os currículo devem ter uma base nacional comum, onde todos tem o direito de aprender na escola, de forma diversificada dependendo da característica do aluno.

Então todos os meios que desenvolve a competência social; o acesso ao conhecimento cultural, à valorização do trabalho e a inclusão na sociedade são conhecida como praticas curriculares ou avaliação fundamental para alunos com necessidade especial.

2.2- Educação Física inclusiva

Para falarmos de educação física inclusiva, faz-se necessário falar com antecedência que o conceito de educação inclusiva pode ser definido como “o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular” (Hegarty, 1994). Este conceito é simultaneamente muito simples e muito radical. A sua radicalidade situa-se na “educação apropriada e de alta qualidade” e nos alunos com “necessidades educativas especiais”. Assim a Educação, no seguimento dos movimentos que

conduziram à sua obrigatoriedade e universalidade, não é já só para alunos com condições de deficiência encontradas numa lógica médico-psicológico, mas para alunos com qualquer necessidade especial, conceito que engloba, desde o relatório de Warnock, todos os tipos e graus de dificuldades que se verificam em seguir o currículo escolar.

O tema da educação inclusiva na disciplina de em Educação Física tem sido insuficientemente tratado no nosso país talvez devido ao fato de se considerar que a Educação física não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar. Este assunto quando é abordado, é considerado face a um conjunto de ideias feitas e de lugares comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos. É como se houvesse uma dimensão de aparências e uma dimensão de constatações.

Diante de estudos realizados foi possível compreender que antigamente a Educação Física era vista como uma educação excludente, visando somente o rendimento, a seleção dos mais habilidosos, valorizando o individualismo, classificando os alunos como aptos e não aptos. Sobre essa questão Mutschele (1998,p.81) nos diz que:

“(...) os professores eram centralizadores, e a prática era uma repetição mecânica dos movimentos esportivos”. Somente no final dos anos 70, a Educação Física voltou-se para a psicomotricidade, sendo primeiramente implantada nas escolas especiais, para alunos com NEE (deficiência física e mental). A psicomotricidade assegura o envolvimento da Educação Física com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores buscando garantir a formação integral do aluno, inaugurando uma nova fase, que passava a incluir e valorizar o conhecimento de origem psicológica.

Em outras palavras pode-se dizer que com o passar dos anos alguns avanços aconteceram no universo da Educação física na tentativa de torná-la verdadeiramente inclusiva. E apesar de estarmos ainda caminhando a passos lentos, já podemos perceber alguns avanços de maneira especial no que se refere a atuação e postura de alguns professores. No entanto muito ainda precisa ser feito para que saiamos do campo da integralização e passemos a atingir verdadeiramente a inclusão. E para que isso aconteça, é preciso que o professor de Educação física reflita e ressignifique a sua prática docente, tendo em vista que hoje o professor de Educação Física não deve ser apenas treinador de habilidades, ele deve promover a inclusão, e valorizar a cultura corporal de movimento, fazendo com que a aula de Educação Física seja um espaço para todos.

2.3 A Inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais- NEE nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades.

A prática regular da atividade física no ambiente escolar se dá através das aulas de Educação Física que é uma disciplina parte integrante do currículo inserido na proposta pedagógica da escola. Faz parte do projeto político pedagógico da escola, assegurar uma educação inclusiva, o que significa dizer que é necessário optar por objetivos, metodologias, estratégias e conteúdos que garantam a participação de todos, indistintamente, nas aulas. E a Educação Física, que compõe esse currículo, não pode ficar fora dessa proposta.

Antigamente a Educação Física era vista como uma educação excludente, visando somente o rendimento, a seleção dos mais habilidosos, valorizando o individualismo, classificando os alunos como aptos e não aptos. Segundo Mutschele (1998) os professores eram centralizadores, e a prática era uma repetição mecânica dos movimentos esportivos. Somente no final dos anos 70, a Educação Física voltou-se para a psicomotricidade, sendo primeiramente implantada nas escolas especiais, para alunos com NEE (deficiência física e mental).

O autor menciona ainda que, a psicomotricidade assegura o envolvimento da Educação Física com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores buscando garantir a formação integral do aluno, inaugurando uma nova fase, que passava a incluir e valorizar o conhecimento de origem psicológica. Hoje o professor de Educação Física não deve ser apenas treinador de habilidades, ele deve promover a inclusão, e valorizar a cultura corporal de movimento, fazendo com que a aula de Educação Física seja um espaço para todos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, 1998, Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas.

Partindo desse pressuposto, o papel do professor de Educação Física na inclusão é apresentar ao seu aluno o novo e o desconhecido, pois diante do desafio

a criança tende a assimilar o conhecimento que possui. Frente a isso, o professor deve começar sempre com uma atividade que a criança domina, e aos poucos incorporar 6 novos elementos, fazendo com que ela tenha que reestruturar internamente, gerando novos conhecimentos. Sobre isso Soler (2005) afirma que:

(...) a tarefa do professor de Educação Física é complexa, pois deve compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentam NEE, atendendo a individualidade de cada um. E cada vez mais a necessidade de se praticar a inclusão, está ligada a nós profissionais. Devemos então, nos apropriar de conhecimentos específicos sobre certos aspectos da deficiência e partir do conhecimento de tais aspectos, afinal, educar para a diversidade é o objetivo maior da Educação. Em algumas deficiências, o professor de Educação Física, sendo o facilitador, deve tomar precauções, como, sempre estar atento, adequando o espaço a todos. Uma opção para a inclusão nas aulas de Educação Física é o esporte, que inclui todos os que querem jogar, participando do início até o fim. Ensinando o esporte estaremos também ensinando valores humanos essenciais para a formação de um ser humano integral, investindo nas habilidades pessoais e de relacionamento social. Soler (2005.p 63)

Frente a esse contexto, compreende-se que a Educação Física, nesse caso, teria como finalidade a utilização do movimento como elemento educativo para favorecer a promoção integral do indivíduo, pois o Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação.

Sobre esse mesmo assunto DUARTE E WERNER (2002) contribuem significativamente com esta discussão afirmando que:

“(...) a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais. Nessa perspectiva, a Educação Física Inclusiva se esbarra em um grande problema que é o fato dos professores não estarem preparados para responder aos desafios da Inclusão. Por não ter tido formação específica para desenvolver um trabalho com portadores de necessidades especiais, gera insegurança na prática pedagógica”.

Diante da citação do respectivo teórico, é possível compreendermos que a Educação física inclusiva a pesar de ser possível ainda enfrenta hoje uma série de desafios que impedem que a sua eficácia venha a ser atingida na sua totalidade garantindo de fato a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais-

NEE. Isso porque trabalhar com Educação Física adaptada requer compreender métodos, técnicas e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento que visa atender às necessidades de seus educandos e infelizmente nem todos os professores que trabalham hoje no ramo da educação física estão verdadeiramente preparados para colocar em prática os respectivos métodos e técnicas mencionados anteriormente.

Tudo isso que foi mencionado acima nos leva a compreender que a educação física inclusiva ainda é vista como um desafio enfrentado por muitos educadores físicos da contemporaneidade porque trabalhar com Educação Física Inclusiva supõe que além de conhecer a estrutura lógica da disciplina, conheça-se também a estrutura da diversidade humana dos alunos, para que assim as aulas possam ser planejadas com situações de aprendizagem de modo que todos enfrentem desafios, resolvam problemas, superem a dificuldade e conquistem objetivos, cada um em seu ritmo possível, respeitando-se as diferenças, e infelizmente nessa parte ainda existe uma carência muito grande por parte dos professores e do sistema educacional de maneira geral.

Dessa forma, é importante e necessário uma formação e suporte para o professor para que ele possa atuar com todos os seus alunos, inclusive com aqueles portadores de necessidades educacionais especiais, de forma que permita mudar o foco: da deficiência para a eficiência; da limitação para a possibilidade.

Todo esse levantamento sistematizado existente envolta dessa fundamentação teórica, nos leva a perceber que a inclusão no meio social ainda esta em fase de caminhamento por alguns sistemas, os pais de crianças com necessidade especiais, por exemplo, já começaram a realizar matriculas ou tentaram ingressar seus filhos em escolas regulares, como mostra as campanhas e reportagens. Um dos fatos que mais impressiona é que os profissionais se dizem esta despreparada para aquela situação, então quem acaba sendo prejudicada são as crianças, pois a falta de interesse faz com que elas fiquem nas salas sem o acompanhamento correto. Para haver uma interação e obter sucesso será necessário incluir objetivos sejam eles específicos ou fundamentais para o trabalho da diversidade como:

1. Sensibilidade de professores, coordenadores e direção;
- 2 Sensibilidade dos demais funcionários
- 3 Conhecimento das diversidades, dos portadores de necessidades educativas especiais/ comportamentos/

possibilidades; 4 Sensibilização com pais e alunos da escola; 5 Adaptação, recursos, sala de apoio. (SANTANA, 2003)

Com essa situação revoltante para os familiares e sociedade, o autor Wang (1995) apud Ferreira (2004) fala no texto da Exclusão à Inclusão sobre o fato ocorrido no tipo de relacionamento que deve ter na sala de aula. Outra forma de interpretar essa afirmação é a atitude de igualdade e positividade ajudara na aprendizagem da criança, a interação com colegas e o apoio ao aluno. A atitude discriminatória fará com que o aluno se isole levando ao fracasso educacional.

O trabalho docente é fundamental para o desempenho do grupo. Blanco (2002) em entrevista dada a uma Revista Gestão em Rede – Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade, fala dos profissionais comuns onde julga importante ter ferramentas, instrumentos e conhecimentos sobre a diversidade, apontam também sobre o desafio e acompanhamento do processo de formação para construção do projeto educativo institucional. Lembrando que a visão mantida neste projeto deve ser contemporânea, globalizada e tecnológica.

Sabe – se que uma escola é composta de gestores e a inclusão não é um caso somente dos professores, mas da escola como todo, por isso será importante mudança nas áreas escolares.

Para que se possa transformar a escola no ensino de qualidade e consequentemente inclusiva, o livro Acesso de Aluno com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular publicado pelo PFDC (Procuradoria Federal do Cidadão) considera fundamental os seguintes critérios:

- Colocando a aprendizagem como eixo das escolas, porque foi feita para fazer com que todos aprendam;
- Garantindo tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência;
- Garantindo o atendimento educacional especializado preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino;
- Abrindo o espaço para que haja cooperação, dialogo, a escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem os alunos. (PFDC, 31. 2004)

Fica claro que o compromisso seguinte PFDC aos alunos com deficiência não se torna baseado somente na inclusão, mas na garantia de uma aprendizagem onde se torna o eixo da escola, assegurando o direito e dever desses alunos.

A inclusão dos alunos deficiente em salas regulares não é uma tarefa fácil, pois o atendimento tem que ser prioritário com a finalidade de satisfazer as Necessidades Educacionais, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento social. Assim a escola esta exercitando alem da capacidade, as habilidades do exercício do respeito e da cidadania.

É importante conhecer a categoria da deficiência seja ela: Física, mental, auditiva, visual ou múltipla (quando se tem mais de uma deficiência) para trabalhar com a diversidade e exercer a finalidade escrita na LDB/96.

Atualmente a educação afirma compromisso em abordar horizontes com a inclusão, abrangendo não só os que apresenta dificuldade na aprendizagem como: a condição, disfunções, limitações e deficiência, ,as apoiando aqueles que tem problemas cognitivas, psicomotora e de comportamento, onde são considerados negligentes e excluídos dos apoios educativos.

Para o acolhimento adequado desses alunos a escola precisa passar por modificações na estrutura e nos materiais de apoio pedagógico facilitando a comunicação, neste sentido estão abrindo espaços para os alunos com deficiência física.

Para que possibilitem a entrada dos alunos com deficiência mental mesmo sendo um dos mais temidos pela escola comuns, os meios de acesso aos níveis mais elevado do ensino, da pesquisa e da criação artística de acordo com a capacidade de cada um, e que o Ensino Fundamental – completo – é obrigatório é o que aponta a Constituição Federal (Art. 208, V).

O atendimento para alunos que apresentam deficiência auditiva em escolas regulares deve ser com acompanhamento de professores de língua de sinais, língua portuguesa e também deve contar com um profissional de saúde como, por exemplo, fonoaudiólogo. Para os alunos com deficiência visual a escola deve providenciar um sistema alternativo de comunicação como: sistema braile, alguns escritos, onde possa melhorar a compreensão.

Sabe – se que recusar matricular alunos com deficiência é um crime e pode ser denunciado no Conselho tutelar e no Ministério Publico Estadual esta salientada na Lei 7.853/89 como também na Declaração Americana dos Direitos e deveres do

Homem (2001), onde todo cidadão nasce livre e igual em dignidade e direito, o qual deve ser respeitada não importa cor, raça ou qualquer distinção, só cabe a sociedade, família e escola executar esse direito e dever.

Segundo Werneck (1997) apud Santana (2003), membro do Down Syndrome Medical Interes Group, afirma que: “partindo da opinião de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferente mais ela adquire conhecimento, fica fácil entender por que a situação é prejudicial tanto para o aluno com Necessidade Especial como para os “normais” isto por que, ela impedi que as criança das classe regulares tenham oportunity de conhecer a vida humana com suas dimensões e desafios. E se não houve desafios, como pode existir dimensões?” . A escola deve preparar a criança incluir e valorizar, dessa forma a educação inclusiva beneficia não só as crianças especiais com os outros “normais”.

Uma criança quando inclusa esta sendo destinado aprender:

- A gostar da diversidade;
- Adquirir experiência direta com a variedade das capacidades humanas;
- A demonstrarem crescentes responsabilidades;
- Melhora a aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não;
- A ficarem mais preparados para vida adulta em uma sociedade diversificada entendendo que são diferentes, mas não inferiores;
- As crianças não portadoras ao interagir com as deficientes;
- Perdem o medo e o preconceito em relacionar aos diferentes;
- Desenvolve a cooperação e a tolerância;
- Adquirem senso de responsabilidade em relação a tudo que o cerca;
- Melhora o rendimento escolar;
- Torna – se pessoas preparadas para conviverem com os ambientes heterogêneos e que o conhecimento são enriquecedoras para o ser humano; (SANTANA, 2003)

Um bom currículo para prática inclusiva são os que apresentam diversas formas de ensino, além de contem flexibilidade e conteúdos que relacione o meio social, afetivo – emocional. Os projetos educativos são o eixo para tomadas de decisões para trabalhar com a diversidade, mesmo existindo barreiras tem que vencer e buscar novos meios de atendimento para melhorar a qualidade de ensino.

Na LDB a proposta pedagógica regulamenta um referencial a educação não disciplinar, onde um dos autores Gallo (1999), no livro Transversalidade e Educação:

Pensando em uma Educação não Disciplinar (1999), enfatiza que o ensino inclusivo distingue por:

- Formação de rede de conhecimento e significações em contraposição a currículo apenas conteudistas, a verdade pontas e acabada. Listado em programas escolares seriados;
- Integração de saberes decorrentes na transversalidade curriculares e que contrapõe ao consumo passivo de informações e de conhecimento sem sentido;
- Descoberta, inventividade e autonomia do sujeito na conquista do conhecimento;
- Ambientes, polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, da identidade social e cultural dos alunos, contra a ênfase no primado e enunciado da prática social e contra ênfase no conhecimento pelo conhecimento. (GALLO, 1999:17- 43).

Entende que a educação inclusa neste caso não esta ligada somente com a escola é o que aponta Gallo (2003), e sim uma junção de conteúdos didáticos com a prática social, tornando a educação mais significativa para o universo como o todo.

Nos PCNS (Ministério da Educação) os temas Transversais e Éticos são apresentados com argumentos em “uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimento teoricamente sistematizado (...)”. Com essa afirmação fica claro que a aprendizagem ultrapassa os limites nas salas de aula e em todos os setores sociais e culturais, dessa forma o processo torna um verdadeiro sentido no ato de incluir.

A solidariedade, a colaboração e compartilhamento do processo educativo seja ele atuador direto ou indireto está dando progresso de um ensino de qualidade a todos. A base do desenvolvimento educacional é encontrada na escola, pois além de trabalhar com a diversidade e valores também são capazes de formar um indivíduo e fazer uma sociedade diferente, com direitos e deveres com apenas um objetivo o de ter conhecimento.

Tudo isso fomenta a nossa discussão a cerca dessa temática, uma vez que apesar de sabermos dos avanços que já ocorreram na história da educação inclusiva,, ainda existem inúmeros desafios a serem vencidos para que as aulas em especial as de Educação física venham a surtir efeito significativo na saúde e no processo educacional dos alunos com necessidades especiais, pois apesar dos percalços a Educação física pode e deve ser vista e praticada como uma disciplina verdadeiramente inclusiva e para que isto ocorra basta que o professor trabalhe baseado numa perspectiva interacionista fazendo com que todos possam participar e se divertir, criando sempre as adaptações necessárias.

Lembrando que não é somente as pessoas com NEE que se encontram excluídas, mas todas aquelas consideradas inaptas. Outro ponto importante no desenvolvimento de todas as crianças é o processo avaliativo, que deve ser baseado em conceitos humanistas. A avaliação em Educação Física deve ser muito mais do que simplesmente aplicar testes padronizados, analisando somente as habilidades motoras e capacidades físicas, deve atingir todas as dimensões, como o afetivo, social e cognitivo. Devem-se diagnosticar os níveis motor, cognitivo, social, afetivo em que se encontra cada aluno, e ir aumentando o grau de complexidade das atividades, fazendo com que o aluno sempre alcance um aprendizado novo. Também deve-se estar atento ao desenvolvimento de atitudes e aquisição de valores, como amizade, respeito, cooperação (SOLER, 2005, p. 230). Conviver com as diferenças é importante, pois faz com que as pessoas percebam que, apesar das diferenças, todos são importantes no grande jogo da vida.

2.4- A importância da Educação física adaptada para a promoção da inclusão.

A Abordagem sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Física no âmbito escolar envolve aspectos de uma cultura educacional e social, e traz diversos problemas de inclusão na Educação Física Escolar. Nesse contexto Segundo Góes (2005, p.13) “os estudos apresentam pequena inserção de crianças com necessidades especiais na classe regular.” A pergunta que pode ser realizadas na sequencia é: se na classe regular há pouca inclusão, como está a realidade quando se trata da Educação Física na escola ?

Outro destaque inicial se volta para a escassez de estudos da área da Educação Física e inclusão escolar, bem como a necessidade atual de estudos nessa área ao considerar os aspectos legais e educacionais. Por outro lado a importância da Educação Física para a construção da educação inclusiva passa por um processo de adaptação, as atividades desenvolvidas que apresentam um grau de determinação menor do que outras disciplinas, desenvolvendo a interação do aluno para as práticas propostas pelo professor (RODRIGUES, 2003).

Nesse contexto, o professor de Educação Física deve ir além do seu próprio conhecimento, ensinar ao desconhecido estimulando sempre, a criatividade dos alunos, e perante a si mesmo, desafiando-se a resolução de problemas, com a cooperação no desenvolvimento de tarefas, criando uma ampla descoberta de

movimentos (idem, 2003). Frente a isso, é necessário que o professor coloque seus alunos como prioridade, e assim utilizando técnicas de aprendizado para adequar a demanda que seus alunos vivenciam e aprendam durante suas aulas.

Sobre esse mesmo assunto Rodrigues (2003, p. 77) afirma que “Assim, aparentemente a Educação Física seria uma área curricular facilmente inclusiva devido á flexibilidade inerente aos seus conteúdos o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular”.

Diante desse contexto, é possível compreendermos que a educação física adaptada tem o papel importante no desenvolvimento global dos alunos principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento intelectual, social e afetivo, tendo em vista que ela procura tratar de aluno sem que haja desigualdades, tornando a autoestima e a autoconfiança mais elevada através das possibilidades de inclusão das atividades. Dessa forma as habilidades motoras serão facilitadas quando o aluno tiver um bom auto conceito. Deve-se ressaltar ainda que é importante que os professores estejam atentos ao comportamento sócio-afetivo de cada criança e jovem, pois eles reagem emocionalmente de maneira diferenciada as tarefas solicitadas. Estas relações se referem ao grau de autoestima do aluno. A autoestima influencia a participação em esportes e atividades físicas, bem como o domínio de habilidades.

É notória a possibilidade de ver refletido nas aulas de Educação Física um conjunto de valores indispensáveis para que a criança cresça e exerça a cidadania com plenitude valores como a ética, o trabalho em equipe, o respeito às normas, o respeito à diversidade, o respeito aos colegas e às diferenças, o implantar e despertar da autoestima. Estudos nos possibilitam a compreensão de que A educação física é a disciplina com maior e melhor propriedade para favorecer e possibilitar a educação inclusiva, e quando esta é feita de maneira adaptada esse processo se torna ainda mais fácil, uma vez que as atividades são executadas em conjunto possibilitando a interação e integração entre todos os alunos.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Uma pesquisa busca informar a respeito de algo, empregar meios para chegar ao conhecimento da verdade. O trabalho realizado trata de uma pesquisa qualitativa descritiva de campo e bibliográfica. Qualitativa por que fundamenta uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo (Gil, 2002). Descritiva, propõe verificar e explicar problemas, fatos ou fenômeno da vida real, observar e fazer relações, contextos, a luz da influência que exerce sobre ele.

Para entender melhor pesquisa descritiva o autor Gil (2008) define “As pesquisas descritivas tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Baseado na coleta de dados como questionário e observação sistemática. Campo, pois objetiva uma realidade específica baseada na observação diretas dos grupos, sendo que o mais importante é a explicação e interpretação da realidade em questão.

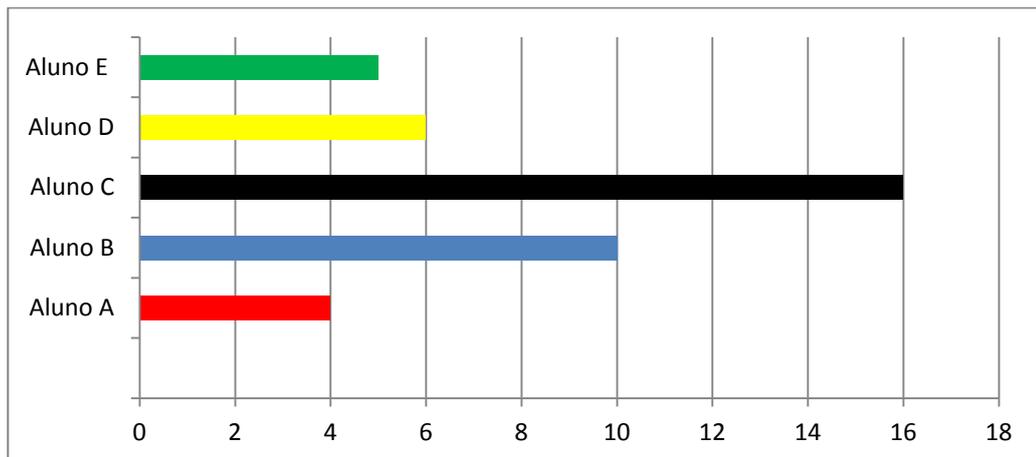
A pesquisa Bibliográfica visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002). Esse tipo de pesquisa é baseado em matérias já pronto como os Livros, Artigos e outro tipo de trabalho científicos. Participaram deste estudo na função de interlocutores; 02 professoras de Educação física do município de Castelo do Piauí a coordenadora Municipal de Educação física do respectivo município alguns alunos com NEE bem como a gestora da escola que foi observada.

Durante o trabalho foram utilizados ferramentas como um questionário que pode se definido como uma “técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informação sobre conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas aspirações, temores, comportamento presente ou passado”. (Gil, 2008)

3.1 Análises dos dados da pesquisa

Após as observações de funcionamento da escola na qual realizei meu estágio e das metodologias de trabalho utilizadas pelos professores de Educação física do município de Castelo do Piauí no que se refere a inclusão dos alunos deficientes principalmente nas aulas práticas de Educação Física, realizaram-se os questionários com 10 alunos que possuem Necessidades Educativas Especiais-NEE. A primeira pergunta foi quantas vezes os mesmos já se sentiram excluídos em alguma atividade desenvolvida nas aulas de Educação física. Foi selecionada a resposta de cinco alunos para verificação e os resultados foram dispostos no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Quantidade aproximada de vezes que os alunos com NEE entrevistados já se sentiram por alguma razão excluídos nas aulas de Educação Física.



Fonte: Dados coletados durante a aplicação dos questionários na escola.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que é grande o número de alunos com NEE que já foram excluídos de determinadas atividades propostas nas aulas de Educação física, o que configura um grande problema, tendo em vista que a escola bem como todas as práticas que nela são desenvolvidas, devem contemplar o alunado na sua totalidade, favorecendo a inclusão e garantindo que todos se sintam bem e assimilem o real valor que as práticas educativas tem para a sua vida. Dessa forma, percebe-se que a Educação física enquanto prática inclusiva, nas escolas que basearam essa pesquisa, ainda é um desafio muito grande que precisa ser superado para que seja possível atingir o seu real objetivo.

Outra pergunta feita para os alunos foi se eles estavam satisfeitos com as aulas de Educação física e se os mesmos sentiam se importantes dentro da escola durante o desenvolvimento das atividades da respectiva disciplina. Eles foram unânimes em responder que não, pois segundo eles, na grande maioria das vezes ficavam apenas servindo de plateia para os demais colegas da classe considerados “normais”.

Quando se perguntou aos alunos se eles acreditavam na possibilidade de da Educação física numa perspectiva inclusiva, eles responderam que sim. Bastava que os professores, a escola e o sistema educacional de maneira geral olhassem para eles (deficientes) com um olhar diferenciado, acreditando nas suas potencialidades e propondo atividades verdadeiramente inclusivas e não apenas integracionista como acontece na grande maioria dos casos.

Em uma quarta pergunta, os alunos foram indagados sobre os principais desafios enfrentados dentro da escola principalmente durante as aulas de Educação física. De acordo com os alunos, o principal desafio é enfrentar muitas vezes o preconceito e ainda ter na grande maioria das vezes suas características, habilidades e potencialidades colocadas de escanteio. Pois de acordo com eles são poucas as pessoas que acreditam neles e que buscam metodologias diferenciadas para desenvolver o que há de melhor em cada um desses alunos.

As respostas dos alunos são muito motivadoras a real proposta desta pesquisa, uma vez que permitem várias conclusões: De acordo com dados coletados na entrevista os alunos gostam dos professores de Educação física, no entanto, sentem que prática docente dos mesmos precisa ainda ser bastante melhorada, ampliando-se em um contexto multidisciplinar de forma que favoreça cada um dos alunos levando em consideração suas diversas peculiaridades.

Na quinta pergunta os alunos foram indagados sobre a importância da Educação Física em suas vidas. Abaixo algumas respostas dos alunos:

Eu gosto muito de praticar educação física, embora aqui na escola a gente pouco participe, sei que as aulas de educação física são importantes para todos nós, pois ela promove o desenvolvimento integral do aluno, a vida saudável, a socialização, o espírito de equipe e a prática do esporte. (Aluno A - 6º ano, 2017).

A resposta do aluno A do 6º ano revela alguém que foi sabe da real importância das aulas de Educação física na sua vida, apesar de demonstrar também resquícios de insatisfação pela maneira como a prática inclusiva desta

disciplina é desenvolvida dentro da instituição educacional em que estuda. Percebe-se com isso que as atividades desenvolvidas pela escola pesquisada são ainda não completamente inclusivas e precisam ser repensadas para que venham a ser significativas e promover a autonomia dos alunos.

A Educação física é muito importante, pois sabemos que é uma área da educação que além de trabalhar e contribuir para a formação educacional dos alunos também é fundamental para a saúde e o bem está dos mesmos, principalmente no caso de quem possui algum tipo de necessidade especial. (Aluno B – 7º ano, 2017)

Percebe-se na fala do aluno B do 4º ano que os mesmos sabem da importância de fazer uma atividade física e de se manter ativo. Mas isto deve ser repensado numa perspectiva inclusiva para que todos tenham acesso, aliando a educação física à educação moral e intelectual, formando o indivíduo como um todo independentemente das suas limitações.

Os professores e a gestora também responderam aos questionamentos e suas respostas foram cruzadas com o que se observou na escola e com as respostas dos alunos para que se fizessem as devidas conclusões acerca do trabalho que é desenvolvido entorno da referida temática aqui abordada. A primeira pergunta indagava sobre a concepção dos professores, gestor e coordenador acerca da educação inclusiva para o processo de desenvolvimento dos alunos. Sobre isso, a professora X afirma que:

Na minha concepção a Educação inclusiva, como prática em construção, está em fase de implementação. Ou seja, ainda é uma ideia utópica, pois são muitos os desafios a serem enfrentados, mas reconheço que as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais. Acredito que apesar dos desafios existem sim possibilidades da mesma um dia vir a ser colocada em prática de maneira devida.

A fala da professora demonstra que ela é uma educadora com concepções de educação inclusiva onde percebe que ainda muito precisa ser feito para que a mesma venha a alcançar sua eficácia. Frente aos desafios existentes em meio a esse contexto a mesma não descarta a possibilidade de um dia isso vir a se tornar realidade, tendo em vista que na concepção da mesma, até o presente momento isso ainda é apenas uma ideologia utópica.

Ainda sobre a mesma indagação a coordenadora da escola afirma:

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento. Na

última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem. Diante disso, acredito que apesar dos desafios a Educação inclusiva é uma proposta educacional maravilhosa que tem tudo pra dar certo. No entanto ainda precisa ser repensada e colocada em prática conforme consta nos documentos legais que regem a respectiva lei de inclusão.

A coordenadora traz uma concepção ainda mais completa acerca da Educação inclusiva e discute a importância, os avanços e a necessidade constante de aperfeiçoamento nessa área para que a mesma venha a fazer efeito de fato e proporcionar a inclusão escolar de maneira ativa e significativa. A segunda pergunta realizada questionava sobre as práticas de educação física inclusivas que eram desenvolvidas na respectiva unidade de ensino e quais delas surtiram mais efeitos no processo de ensino e aprendizagem bem como no processo de inclusão dos alunos e a professora Y informa que:

O trabalho com educação inclusiva infelizmente não acontece da maneira como deveria porque apesar dos inúmeros desafios no processo de formação do professor, o sistema educacional de modo geral não nos dá um suporte que seja literalmente satisfatório. Aqui na escola a gente tenta incluir os alunos com NEE nas atividades sempre que possível, mas reconhecemos que é um trabalho ainda falho. (Professora Y).

Mediante a fala da professora Y é possível constatar que o trabalho de educação física numa perspectiva inclusiva dentro das instituições de ensino de castelo do Piauí ainda acontece a passos lentos. Por acreditarem que os desafios são muitos e por culparem o sistema educacional pelas respectivas falhas encontradas os profissionais muitas vezes se acomodam e não colocam em prática aquilo que Almeida e Martins (2009, p.17) chama de boas praticas pedagógicas, quando ele afirma que:

Acredito que as boas praticas pedagógicas são apropriados a todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais (...) em alguns momentos e contextos, esse alunos podem precisar de flexibilizações mais significativas ou atendimentos mais específicos. Um currículo, que tenha como principio a diferença devera considerar todas essas situação e vivencias.

A gestora da escola também se posicionou em relação às práticas de educação física inclusiva que seus educadores desenvolvem no âmbito da escola durante o período letivo.

Sobre essa questão da educação física inclusiva, eu vejo que ainda existe um impasse muito grande frente a esse paradigma educacional que estamos inseridos. Para que ela venha ser de fato inclusiva, a educação física tem primeiro que romper com o paradigma da educação física esportivista, celetistas. É uma raiz que nós trazemos desde o regime militar. A educação física parte do princípio olímpico que é do mais forte, do mais ágil e do mais rápido. A pessoa com deficiência não se enquadra nesse perfil. Automaticamente, está fora. A pessoa acima do peso não se enquadra nesse perfil. A pessoa que não tem uma habilidade motora não se encaixa nesse perfil. Então você exclui uma série de pessoas. A aula de educação física inclusiva não vai ser um espaço de formação de atletas ou de equipes para disputar competições escolares. A educação física é um componente curricular onde, obrigatoriamente, todos os meus educandos devem desenvolver determinadas habilidades, inclusive habilidades motoras ou esportivas. Então, a aula de voleibol não vai ser para o mais alto ou o mais forte. Na aula de voleibol, todos meus alunos têm que praticar, vivenciar e sentir o voleibol. A aula de futebol, da mesma forma, não deve separar homens e mulheres. Todos têm que participar, independentemente da sua condição. *(Gestora da escola)*

A concepção da gestora mostra que a mesma acredita que não devemos pensar a educação física só como esporte, mas como cultura corporal. Ou seja, pensar uma educação física, na perspectiva inclusiva, procuraria trabalhar conhecimentos da cultura corporal e não o desenvolvimento das aptidões físicas ou das habilidades motoras.

O terceiro questionamento era sobre quais os fatores que mais dificultam a obtenção de êxitos no processo de inserção do aluno com NEE nas aulas de educação física. Nesse sentido, a professora Z relata:

Acredito que um dos fatores que mais dificultam a obtenção de êxitos no processo de inserção do aluno com NEE nas aulas de educação física é a diversidade de deficiência que os alunos possuem e o fato de muitas vezes o professor não está devidamente preparado para saber lidar com aquele tipo específico de deficiência. Além disso, vejo que a falta de uma estrutura física apropriada também seja um fator bastante relevante. *(Professora Z)*

Em um quarto questionamento os educadores foram indagados sobre as possibilidades existentes em meio a ao contexto de trabalho com a educação física inclusiva. Mediante os relatos coletados foi possível compreender que apesar das dificuldades é possível sim, desde que trabalhada de maneira coletiva e flexível.

A quinta pergunta foi sobre a importância da participação da família nesse trabalho que requer um cuidado, atenção e participação familiar redobrada no sentido de facilitar a prática do professor, estimular a aprendizagem dos alunos e garantir assim a inclusão dos mesmos. As respostas foram unanimemente positivas e ressaltaram que a família é uma das fontes de apoio mais importante do ensino aprendizado de alunos com deficiência. Sua contribuição faz com esses alunos tenham

um desenvolvimento mais saudável, favorecendo de maneira significativa, o trabalho do professor, da escola de modo geral bem como do processo educacional do próprio aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as observações entorno do contexto educacional das escolas municipais de Castelo do Piauí, em especial de uma determinada escola, na qual desenvolvi meu estágio e que por motivos éticos resolvi manter oculta a sua identidade e denominá-la de Escola X, observou-se que o trabalho com a prática de educação física inclusiva ainda se apresenta como um grande desafio para a grande maioria dos educadores que atuam direta ou indiretamente na área de Educação física.

Além disso, a pesquisa bibliográfica realizada nos fez compreender que a prática regular da atividade física no ambiente escolar se dá através das aulas de Educação Física que é uma disciplina parte integrante do currículo inserido na proposta pedagógica das escolas municipais de Castelo do Piauí e que muito ainda precisa ser aperfeiçoada para que consiga transpor os desafios existentes no processo docente numa perspectiva inclusiva.

Analisa-se que a pesquisa obteve o resultado esperado e dentro desse contexto ressalta-se que compreender a educação especial e o processo para inclusão do aluno deficiente nas aulas de educação física foi tão importante para o enriquecimento do conhecimento como aprender praticas que facilitam o manejo curricular para se trabalhar nas aulas da respectiva disciplina com esse público alvo.

O detalhamento dessa pesquisa faz perceber que um aluno com necessidade especial é tão importante quanto um aluno que não possuem alguma deficiência. Os desafios são muitos, mas isso não significa dizer que não haja uma solução, todo processo requer atenção, compreensão e pratica certo que não é fácil para um profissional conciliar uma turma com alunos com peculiaridades diversas, dentre elas as necessidades educativas especiais, mas com ajuda da escola, de uma boa capacitação e uma orientação pedagógica fundamentada, o que poderia vir a ser um pivô pode se transformar em uma atividade prazerosa de aprendizagem, por que neste caso o objetivo maior é o conhecimento de ambas as partes.

Por fim, conclui-se que a educação física escolar muito tem a contribuir neste processo de inclusão, através de suas práticas, rompendo as barreiras do preconceito, promovendo a integração e oportunizando o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e acima de tudo à atividade física. Para tanto, é

fundamental que a comunidade escolar esteja convencida do importante papel da educação física nesse processo, para que, ao desenvolver o projeto político-pedagógico da escola ela seja parte do compromisso que toda a escola está assumindo. Dentro desse contexto, o professor de educação física tem que acreditar na inclusão, acreditar que é peça fundamental no processo e ser o defensor dessa proposta que momentaneamente parece caminhar a passos bem lentos em grande parte do nosso país.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, Mariangela lima de; MARTINS, Ines de Oliveira Ramos. **Praticas Pedagógicas Inclusiva: a diferença como possibilidade.** Vitoria ES: GM, 2009. p. 17.
- BLANCO, Rosa. **Revista Gestão em Rede -** Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade, agosto, 2002.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Basica.** MEC SEESP, 2001.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79 p.
- FERREIRA, Windyz. Da Exclusão à Inclusão: formando professor para responder à diversidade na sala de aula, 7, 2004.
- GALLO, Transversalidade e Educação: Pensando uma Educação não Disciplinar, Rio de Janeiro: DP&A, 17-43, 1999.
- GÓES, M. C. R. Desafio da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In GÓES, M. C. R. e LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 69-92.
- JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.
- LINHARES, P. **Fundamentos Psicoevolutivos de la Educación Física Especial,** Granada, Ed.Universidad de Granada, 1994.
- MEC Ministério da Educação e Cultura, Carta para o Terceiro Milênio, 1999.
- MEC, Ministério da Educação e Cultura, Convenção de Guatemala, 1999.
- MEC. Ministério da Educação e Cultura, Constituição Federal. Artigo 205, 1988.
- MEC Ministério da Educação e Cultura Ministério da Educação e Cultura, Declaração dos Direitos de Todos, 1990.
- MEC Ministério da Educação e Cultura Ministério da Educação e Cultura, Declaração dos Direitos de Todos, 1990.

MEC Ministério da Educação e Cultura, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, 1996.

MEC Ministério da Educação e Cultura, Declaração de Salamanca, 1994.

MEC Ministério da Educação e Cultura, Estatuto da Criança e do Adolescente,

MEC Ministério da Educação e Cultura, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº. 9.394 1996.

MEC Ministério da Educação e Cultura, Parâmetros Curricular Nacional (PCN's) – Apresentação dos Temas Transversais e Ética, 36 - 40, 1997.

MEC Ministério da Educação e Cultura, Orientação Curriculares para a Educação Pré Escolar. Ministério da Educação. Lisboa. (2002).

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva – Contextos sociais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

MAZZOTA, Marcos Jose da Silveira. Educação especial na Brasil – Historia e Políticas Públicas. São Paulo, Editora Cortez, 1996.

PFDC Procuradoria Federal do Direito do Cidadão, Acesso de Aluno com Deficiência as Escolas Comuns na Rede Regular, 31, 2004.

RODRIGUES, David. A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

SASSAKI, Romeu k. Construindo uma Sociedade para Todos. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 174, 1997.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS ALUNOS

- 1- Quantas vezes você já se sentiu excluído em alguma atividade desenvolvida nas aulas de Educação física?
- 2- Você está satisfeito com as aulas de Educação física e sente-se importantes dentro da escola durante o desenvolvimento das atividades da respectiva disciplina?
- 3- Você acredita na possibilidade da Educação física numa perspectiva inclusiva?
- 4- Quais os principais desafios enfrentados por você dentro da escola principalmente durante as aulas de Educação física?
- 5- Qual a importância da Educação física para a sua vida?

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS EDUCADORES

- 01-** Qual a sua concepção a cerca da educação inclusiva para o processo de desenvolvimento dos alunos?
- 02-** Quais as práticas de educação física inclusivas que são desenvolvidas nesta unidade de ensino e quais delas surtem mais efeitos no processo de ensino e aprendizagem bem como no processo de inclusão dos alunos deficientes?
- 03-** Quais os fatores que mais dificultam a obtenção de êxitos no processo de inserção do aluno com NEE nas aulas de educação física?
- 04-** Na sua concepção, existem possibilidades de um ensino verdadeiramente inclusivo no trabalho com a educação física?
- 05-** Qual a importância da participação da família nesse trabalho que requer um cuidado, atenção e participação familiar redobrada no sentido de facilitar a prática do professor, estimular a aprendizagem dos alunos e garantir assim a inclusão dos mesmos ?